

COMUNALISMO AFRICANO: O ANARQUISMO COMO UM MODO DE VIDA

AFRICAN COMMUNALISM: ANARCHISM AS A WAY OF LIFE

Lorena Oliveira¹

Recebido em: 06/2020
Aprovado em: 06/2020

Resumo: Este artigo, tendo como principal subsidio teórico a obra *Anarquismo Africano: a história de um movimento*, de Sam Mbah & I.E. Igariwey (2018), tem como objetivo principal apresentar a existência de “elementos anarquistas” na estrutura organizacional de algumas sociedades tradicionais africanas, tornando possível aos autores afirmarem que o anarquismo, também, pode ser compreendido como um modo de vida. Para isso, irei apresentar aspectos gerais da teoria anarquista para, posteriormente, adentrar nas principais características que permitem os autores defenderem a existência de organizações comunais no continente africano e demonstrarem que o comunalismo/sociedades sem Estado não foi uma utopia anarquista.

Palavras-chave: Filosofia Política Africana. Comunalismo Africano. Anarquismo.

Abstract: His article, having as its main theoretical subsidy the work *African Anarchism: the history of a movement*, by Sam Mbah and I.E. Igariwey (2018), aims to present the existence of "anarchist elements" in the organizational structure of some traditional African societies, making it possible for the authors to affirm that anarchism, too, can be understood as a way of life. To this end, I will present general aspects of anarchist theory in order to later go into the main features that allow the authors to defend the existence of communal organizations on the African continent and to demonstrate that communalism/societies without a state was not an anarchist utopia.

Keywords : African Political Philosophy. African Communalism. Anarchism.

Introdução

Eu não poderia iniciar este artigo sem demarcar como o epistemicídio é um mal que persegue os povos colonizados, sobretudo, xs pensadorxs africanxs. Logo, reafirmar que os

¹ Doutoranda em Filosofia – PPGF/UFRJ. Pesquisadora Associada ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – NEAB/UFU. Membro do Laboratório X de Encruzilhadas Filosóficas- UFRJ. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). E-mail: professoralorenaoliveira@gmail.com

autores que sustentam as ideias que serão apresentadas, são pensadores africanos, é de extrema relevância, em um contexto onde a maioria das pessoas que tem acesso às literaturas, em suas diferentes vertentes, nunca (ou quase nunca) imaginam que a pessoa que lhes transmite um dado conteúdo é africana.

E isto ocorre, pelo fato dos povos africanos/negros, por muitos anos, terem sido considerados seres que possuíam baixa (ou nenhuma) competência intelectual, assim como os povos indígenas. Sim! Isso é coisa do racismo científico para justificar a colonização, exploração, usurpação e tudo mais que sabemos... O problema é que essa história deixou rastros e, é por isso, que, comumente, não conseguimos conceber que uma pessoa negra e / ou indígena seja capaz de elaborar um pensamento coerente, sistemático e potente. Mas, não se enganem. Somos tão capazes quanto quaisquer outros povos e existem vários registros sobre isso².

Para mais, deixo registrada minha satisfação em poder contribuir com a difusão de filosofias políticas africanas e teorias libertárias que nos possibilitam enxergar que é possível estabelecermos um outro modo de vínculo com nosso planeta e a comunidade que habitamos e que nos habitam. E é possível, pois já vivemos assim e há comunidades que ainda vivem de um modo verdadeiramente solidário.

E é isso que veremos aqui com Sam Mbah (1963-2014) – pesquisador nigeriano, nascido na cidade de Enugu, advogado, jornalista e ativista político/ambiental, que participou de organizações anarquistas como a Liga da Consciência (Awareness League) na Nigéria – que em sua obra *Anarquismo Africano* (2018), faz uma ótima análise sobre os *precedentes anarquistas* no continente africano, que demonstram ser o comunismo a característica estrutural das sociedades tradicionais do continente, ao contrário dos Sistemas de Estado, que em suas diferentes vertentes fracassam no continente, sobretudo por não serem compatíveis com a estrutura organizacional dos diversos povos autóctones.

O que é anarquismo?

De antemão ressalto: esse artigo não tem o intuito de analisar, pormenorizadamente, o anarquismo. No entanto, para que possamos melhor compreendermos em que medida podemos visualizar elementos anarquistas no comunismo africano, é preciso consideramos o que é o anarquismo. Portanto, vamos lá!

² Um deles é a excelente obra: LORAS, Alexandra Baldeh; MACHADO, Carlos Eduardo Dias. *Gênios da humanidade: ciência, tecnologia e inovação africana e afrodescendente*. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 2017.

O anarquismo está associado a palavra anarquia, significando algo *sem governo, contrário à autoridade*. É uma teoria política que defende ser o *Ser humano* capaz de se autogovernar e viver sem a imposição de governos e leis, pois estes são vistos como a causa de muitos males sociais.

Logo, defende uma sociedade em que todas as pessoas sejam livres. Livres de todo tipo de poder superior que visa regular as ações humanas em benefício de outrem. Portanto, o anarquismo busca a liberdade das *pessoas* em termos políticos, ideológicos, econômicos, jurídicos e sociais.

Do ponto de vista de uma filosofia social, o anarquismo surgiu como parte do movimento socialista no século XIX, que combate o modo de produção capitalista, o autoritarismo, todos os Sistemas de Estado, inclusive o socialista; defende a igualdade, a liberdade, a voluntária associação dos grupos, a autogestão e auto-organização dos povos. No entanto, é importante destacar: porque esta filosofia é contra o sistema de Estado?

Para os anarquistas, o Estado é a instituição símbolo do autoritarismo, dominação, opressão e exploração sistematizada, que serve para circunscrever a liberdade do indivíduo. E, a “Liberdade é o bem supremo no credo anarquista” (MBAH, 2018, p.16). Além de que, o Estado é o instrumento pelo qual a classe burguesa – que além de ser proprietária dos meios de produção, também representa, com essa categoria, o poder que um pequeno grupo exerce sobre o resto da sociedade – utiliza para tornar possível e alimentar o sistema capitalista e seus privilégios, pois como nos mostra a história:

[...] o Estado tem sido sempre uma propriedade de uma ou outra classe privilegiada: a classe dos sacerdotes, a classe dos aristocratas, a classe dos capitalistas e, finalmente, a classe (ou “nova”) burocrática, como na União Soviética e na China. A existência de uma classe privilegiada é absolutamente necessária para a preservação do Estado. “Toda racional e sincera teoria do Estado” afirma Bakunin, “está essencialmente baseada na autoridade do Estado – isto é, na eminente ideia teológica, metafísica e política de que as massas, sempre incapazes de governarem a si mesmas, devem se submeter por toda a eternidade a um benevolente jugo...o qual de um jeito ou de outro, é imposto a elas de cima” (MBAH, 2018, p. 20).

À vista disso, o modo de produção capitalista e suas relações conseguem sobreviver por estarem apoiados em uma rede política-organizacional que é amparada pelo Estado. Logo, os Sistemas de Estado e suas redes/instituições, através da autoridade, privam as pessoas de exercerem realmente sua liberdade e se autogerirem. Tomando para si (Estado e instituições) o direito de deliberar, de cima para baixo, os comportamentos que as pessoas devem adotar, para

viver no modelo de sociedade que a ordem econômica capitalista requer.

Vale dizer que, essas redes que estão amparadas pelo Estado e que contribuem para o seu perfeito funcionamento são formadas por todas as instituições educacionais, jurídicas, militares, religiosas, culturais e midiáticas que tem por objetivo difundir uma lógica de autoridade e hierarquia, que são técnicas que correspondem às necessidades do modo de vida capitalista, que através dos aparelhos de ensino, por exemplo, difundem ideologias como: a defesa do Estado, saberes legitimados pelos governantes, uma moral condizente, para conseguirem manterem o *status quo*, ou seja, a subjugação de muitos povos para a manutenção dos privilégios de poucos.

Papel também operado pelas instituições militares e sistemas legais, que são instrumentos do Estado para coibir os indivíduos, por meio do uso “autorizado” da violência, de exercerem, verdadeiramente, sua liberdade. Impondo-os uma postura ideológica, moral e servil de submissão ao Estado e a Lei, seu principal instrumento coercitivo, pois o sistema legal é, sobretudo, um corpo de regras que possibilita a preservação do Estado e a perpetuação da ordem e da estabilidade. Ordem e estabilidade que são sinônimos de falta de igualdade na distribuição da riqueza social e uso legítimo da violência.

Por este fato, anarquistas acreditam que os sistemas de Estado possuem uma capacidade de intervenção na vida dos indivíduos, em todos os seus aspectos, que impossibilita o desenvolvimento integral, crítico, horizontal e ético dos indivíduos por eles mesmos. Logo, a abolição do capitalismo, seu modo de produção, instituições, sistemas de valores e, conseqüentemente, o Estado, são os principais alvos dessa filosofia que defende a autodeterminação das pessoas e a possibilidade de uma vida sem governantes e governados, pois o “governo é o veículo administrativo para executar o Estado”(ERVIN, 2015, p.143).

No entanto, o fato de o anarquismo combater o autoritarismo, hierarquização e centralização de toda ordem, inclusive do saber, que as instituições de ensino promulgam, não quer dizer que essa filosofia não reconheça a existência de pessoas que são *experts*. Ou seja, de pessoas que possuem experiências em determinados assuntos. Todavia, essa experiência não precisa ser sinônimo de autoritarismo e poder coercitivo.

Assim como, por não defender sistemas legais, instituições militares e o Estado, não significa que anarquistas sejam a favor da *desordem*. A desordem, em nenhum momento, faz parte da filosofia anarquista. Este é um dos principais preconceitos que foram difundidos sobre esta teoria. Como salienta Sam Mbah:

Anarquistas sempre reconheceram a necessidade de organização. Para eles, entretanto, a questão é que tipo de organização. Anarquistas argumentam por organização horizontal, pautada na descentralização, autonomia local e individual, igualdade social e tomada de decisões democráticas (MBAH, 2018, p.25).

Mas, o que temos no sistema capitalista é o extremo oposto, vez que, como cada sistema econômico envolve um sistema político próprio, é incompatível com o modo de produção capitalista, de propriedade privada (que alimenta a exploração do homem pelo homem), estabelecer uma organização horizontal e descentralizada, com igualdade social e decisões a partir do consenso, pois a espinha dorsal do capitalismo é a desigualdade, somadas ao autoritarismo que determina a exploração e submissão de muitos para a manutenção da riqueza de poucos.

O capitalismo e a propriedade privada dos meios de produção, não é uma economia orientada para a satisfação das necessidades de todos da sociedade, como defende o anarquismo. É uma economia baseada na acumulação de bens e lucros para poucos e que tem como característica básica o comando da força de trabalho de pessoas, dado seu valor de troca. Logo, sua organização social é vertical, hierárquica, violenta, desigual, individualista e autoritária. Mesmo em sociedades ditas democráticas.

Portanto, essa busca pela abolição do sistema capitalista, seu modo de produção, relações sociais, processo de mercado, sistema de commodity, lógica salarial e tudo que advém das relações por ele produzida, é a demonstração de que o anarquismo é extremamente oposto ao capitalismo, pois

Em lugar da sociedade organizada em classes e marcada por hierarquia e autoridade, o anarquismo advoga em nome de uma sociedade autogestionada e independente baseada na cooperação, associação voluntária de ajuda mútua, e desprovida de governo (por exemplo, coerção). Em tal sociedade, a posse dos meios de produção não é preservação exclusiva de nenhum indivíduo ou grupo e trabalho assalariado não existe, permitindo ao indivíduo ampla liberdade e iniciativa para o total desenvolvimento (MBAH, 2018, p.24).

Por conseguinte, para o nosso entendimento, é importante entendermos que o anarquismo, enquanto um quadro teórico, está amparado na rejeição ao modo desumano de vida imposto pelo capitalismo, para que consigamos estabelecer um modo de vida libertário, comunal, cooperativo, solidário, plenamente humano e igualitário. Mas, para isso é preciso que ocorra a abolição do sustentáculo que é o Estado, a rejeição de governos e suas adjacências (coerção e violência organizada) e a dominação econômica/exploração de uns sobre os outros.

O anarquismo acredita na organização e cooperação voluntária, na educação, ajuda mútua, na liberdade e igualdade como os maiores desejos da humanidade. Por este fato, o anarquismo tem sido compreendido como: uma filosofia social, uma teoria de organização social e movimentos sociais, um corpo de pensamento sistemático ou um movimento revolucionário, que tem como seus principais expoentes os autores revolucionários: Pierre-Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin, Peter Kropotkin, dentre outros.

Entretanto, há outras referências em anarquismo no mundo, que o compreendem para além de uma teoria social ou movimento revolucionário. Sam Mbah é um destes autores. Para ele, a origem dos princípios anarquistas, ou seja, autogestão, liberdade e igualdade, são longínquos: “Compreendido como um modo de vida ou filosofia que se opõe a qualquer forma de governo ou controle Estatal forçado sobre os indivíduos, o anarquismo tem sido familiar para a humanidade desde os primórdios da história” (MBAH, 2018, p. 30).

Sendo assim, poderíamos afirmar que há um corpo de pensamento sistêmico de origem africana desenvolvido sobre o anarquismo? Para essa resposta é preciso levar em consideração um fator. Para o autor, é fato que o anarquismo, enquanto um pensamento sistemático e revolucionário, é largamente desconhecido no continente africano³, no entanto “como modo de vida não é, de jeito algum, novo na África” (MBAH, 2018, p.15).

Isso quer dizer que o conceito de anarquia pode ser novo nas comunidades tradicionais africanas, mas as ideias básicas do anarquismo não são desconhecidas no continente. Em maior ou menor grau, diversas sociedades africanas tradicionais manifestaram *elementos anarquistas*, o que demonstra que um modo de vida sem governo/Estado é um modo de vida existente em sociedades africanas. Logo é um modo de viver africano.

Precisamente, Sam Mbah nos responde à questão levantada dizendo: “Uma vez que anarquismo como modo de vida é em grande medida africano, é praticamente certo que africanos, em algum momento, tenham formulado ideias criativas sobre como organizar a sociedade de tal forma. Mas nenhuma ideia do tipo foi escrita” (MBAH, 2018, p.73).

A oralidade é marca registrada de muitas sociedades africanas, o que nem sempre torna possível a existência escrita e sistematizada de práticas exercidas pelos povos tradicionais do continente. Mas, algumas características anarquistas existiram nas sociedades tradicionais e “algumas delas persistem e se mantêm vivas nos dias de hoje” (MBHA, 2018, p.49), podendo serem observadas no modo de organização social de muitos povos. No entanto, esse modo

³ Exceto na África do Sul.

organizacional africano não é conceituado como anarquismo, mas *comunalismo africano*. Adentremos em seus aspectos.

Comunalismo africano

O conceito e a prática do *comunalismo* é o veículo que Sam Mbah utiliza para que possamos identificar, em que medida, é possível afirmar a existência de elementos anarquistas nas sociedades tradicionais africanas e, portanto, testemunharmos ser o anarquismo/sociedade sem Estado, um modo de vida de muitas sociedades africanas, antes da colonização e de algumas ainda na contemporaneidade.

Para o autor, grande parte do continente africano nunca passou do estágio do comunalismo. Mesmo com o desenvolvimento do feudalismo e, posteriormente, a imposição do capitalismo, as características de um modo de organização comunal continuam presentes, sobretudo, em comunidades distantes dos grandes centros urbanos. Mas, o que podemos entender por *comunalismo*?

O autor destaca que o termo *comunalismo* possui dois significados. A saber, comunalismo pode significar um modo de produção ou de formação social que precede o feudalismo; como pode expressar “um modo de vida que é africano” (MBAH, 2018, p.50), observável pelas *estruturas coletivas* das sociedades tradicionais. Estas estruturas, por sua vez, possuem as seguintes características:

[...] ausência de classes, isto é, de estratificação social; a ausência de relações de exploração ou de antagonismo social, a existência de acesso igual à terra e outros elementos de produção; igualdade no nível de distribuição da produção social; e o fato de que parentesco e laços familiares fortes formam (e formavam) a base da vida social em sociedades comunais africanas. [...] Sob o comunalismo, em virtude de ser um membro da família ou da comunidade, todo africano tinha garantida uma quantidade de terra suficiente para prover suas próprias necessidades (MBAH, 2018, p. 51).

Essas sociedades/comunidades eram autogestionadas, autogovernadas, independentes em relação a outras comunidades. À vista disso, gerenciavam suas questões comunitárias, de modo que todas as pessoas, sem exceção, podiam participar dos assuntos referentes aos interesses das comunidades. Fato que tornava a organização política horizontal. Contudo, a organização política estava totalmente relacionada ao sistema de níveis de idade, conceito que analisaremos agora!

Sistemas de níveis de idade

O conceito de sistemas de níveis de idade ou idade superior diz respeito a uma estratégia criada para que as sociedades tradicionais cultivassem a *solidariedade comunal*, de modo que dentre as instituições sociais, são os sistemas de níveis de idade que uniam as comunidades, segundo Sam Mbah. O autor explica-nos que

Níveis de idade consistiam em uma série de homens que performavam juntos determinadas funções e obrigações. Estas incluíam trabalhos de roça para seus membros (ou outros membros da sociedade que demandavam seus serviços), construção de estradas, saneamento ambiental e colheita da produção agrícola (MBAH, 2018, p.54).

Este sistema dividia os homens adultos entre: idosos, adultos de meia idade e jovens adultos, mantendo a idade superior como *suleador* do sistema, para que os demais membros pudessem passar de um nível para o outro e exercer uma rotatividade na liderança das vilas/lares/clãs. E isto porquê? Devido ao fato que a idade mais velha, nas sociedades africanas tradicionais (e, em sua maioria, contemporâneas também), representava/representa *expertise*, “sabedoria e julgamento racional” (MBAH, 2018, p.52).

Por isso, eram sociedades estruturalmente horizontais. No entanto, a liderança política era desenvolvida através de laços de parentesco, onde os mais velhos/idosos eram quem, geralmente, lideravam as reuniões, a organização das atividades comunitárias e os assuntos litigiosos, onde as decisões partiam de um consenso. Isto é, nas sociedades tradicionais, as decisões eram tomadas através do consenso que emergia nas assembleias públicas.

Contudo, essa liderança não estava focada em interesses particulares. No comunalismo, a posição de liderança política não expressava autoritarismo, imposição, centralização do poder e coerção, características comuns nos sistemas de Estado. O sentimento de igualdade entre os integrantes da comunidade era latente, possibilitando a existência de relacionamentos respeitosos e antiautoritários.

Fator que, também, tornava o compartilhamento de algumas funções, com coordenadores das demais comunidades, amigável e sustentado no princípio da liberdade, igualdade e responsabilidade coletiva.

Dentre os exemplos de sociedades sem Estado, apresentadas pelo autor, que evidencia a inexistência de autoritarismo e, conseqüentemente, o respeito que as lideranças possuíam pela comunidade, demonstrando o exercício da prática do consenso e da liberdade, nos é apresentado

o exemplo dos povos Igbo.

Os Igbo, que primeiramente estavam localizados na região de Awha e se espalharam para o sul da Nigéria, são povos que possuem o ditado popular “Igbo enwegh Eze”, isto é, *Igbo não tem reis*. De acordo com o autor, eles possuem um sistema organizacional que demonstra que, por mais que haja sistema de níveis de idade, a liderança dos mais experientes/mais velhos, para auxiliar na organização da sociedade, isso não simboliza autoritarismo e privação de liberdade. Vejamos:

Até os dias de hoje, assembleia geral de todos os cidadãos é uma característica comum da sociedade Igbo. É dever do funcionário da comunidade, empenhando o gongo, ir ao redor da vila à noite depois que os membros voltarem das fazendas para convocar todos para irem à praça da comunidade em horário específico. O propósito da assembleia é sempre claro. Na praça da comunidade, os idosos detalham a questão e há uma expectativa de que o povo exprima suas opiniões da forma mais direta possível até que um consenso seja lançado. Nem os idosos, as sociedades secretas ou os níveis de idade poderiam declarar guerra ou aderir a um conflito armado sem antes consultar uma assembleia geral para tomar tal decisão. As escalas pequenas das funções sociais dos Igbo tornou a verdadeira democracia possível. De acordo com o historiador Isichei “uma das coisas que impressionou os primeiros visitantes ocidentais da Igbolândia, foi como a democracia era realmente praticada. Um dos visitantes em uma cidade Igbo Níger afirmou que ele se sentia em uma terra livre, entre pessoas livres.” Outro visitante, um homem francês, disse que a verdadeira liberdade existia nas terras de Igbo ainda que tal nome não estivesse inscrito em nenhum monumento (MBAH, 2018, p. 60).

Outro aspecto importante a se destacar é o fato de não haver leis escritas nas sociedades analisadas. Não havia um sistema legal que orientava os encontros em suas diferentes espécies. Toda a organização social estava pautada em “sistemas de crenças tradicionais, respeito mútuo e princípios nativos de leis naturais e justiça” (MBAH, 2018, pp.52-53). O que significa que as crenças possuíam uma grande influência nessas organizações. Mas, vamos observar como a crença era exercida nas sociedades tradicionais comunalistas.

Sam Mbah define que religião nessas comunidades era entendida como “uma interpretação teórica do mundo e uma tentativa de aplicar esta interpretação para predição e controle de eventos mundanos” (MBAH, 2018, p.53). Sendo assim, advoga que a religião, evidentemente, possuía a função de manter a coesão nas sociedades tradicionais africanas.

Tanto que, nessas sociedades, tudo era compreendido como sendo sustentado por forças espirituais. Essas forças espirituais, cuidavam da vida dos grupos sociais e de toda a natureza ao redor, de modo que para toda ação era necessário considerar a existência de uma ordem invisível que controlava o mundo.

Mas, essa ordem/força espiritual era concebida como algum espírito terrestre, um guardião, ancestral, que se relacionava com as pessoas da comunidade, como estes se relacionam com os demais membros. Ou seja, as pessoas possuíam relações com os ancestrais e com os demais cidadãos, e essas relações se influenciavam mutuamente, pois eles eram compreendidos como pessoas, membros da sociedade.

Este fato, amparava a existência de sociedades secretas que, nessas sociedades, eram assim denominadas, por manterem relações com esse espírito/ancestral guardião e em sigilo suas deliberações. Ademais, essas sociedades secretas eram responsáveis por executarem as decisões da comunidade. Elas eram responsáveis pelas funções que consideramos judiciais.

Logo, para que pudessem aplicar as sanções sociais, que existiam para abolir diversos tipos de transgressões (homicídio, estupro, roubo, dentre outros), mas não tornar essas decisões, que eram acordadas em conselhos, autoritárias, desumanas e humilhantes, os membros utilizavam máscaras, que permitiam que os anúncios das decisões demonstrassem que estas eram um desejo da coletividade e não deveriam causar ressentimentos.

Apesar disso, cabe questionarmos: seria incoerente haver sanções sociais em uma comunidade sem Estado? Assim como, seria paradoxal essas comunidades possuírem uma forte relação/apreço por forças espirituais/ancestrais e ainda serem consideradas possuidoras de características anarquistas, sendo a religião um dos elementos combatidos pelo anarquismo?

Primeiramente, precisamos entender a perspectiva anarquista sobre o papel da religião⁴ e da coerção, para que consigamos entender se há ou não incoerência. De acordo com Sam Mbah (2018), a religião é um dos pilares do modo de organização social capitalista, à vista disso, ela possui aspectos hierárquicos, autoritários semelhantes ao modo de operar de instituições como o Estado.

Sendo assim, a religião, enquanto uma instituição (igrejas, etc) tende a ser antitética à liberdade individual e à igualdade. Ainda, além de serem autoritárias, as religiões, sobretudo patriarcais, operam através da *indução do medo* e da necessidade de obediência. Esses fatores tornam as religiões, instituições que adormecem o senso crítico dos indivíduos e os conduzem à seguir regras impostas por uma autoridade divina, transcendental, que muitas vezes, na verdade, são regras que buscam tornar possível comportamentos que possibilitem a manutenção de um sistema organizacional econômico e político destrutivo para grande parte da sociedade.

⁴ Sam Mbah observa que, por mais que haja compatibilidade entre os princípios do anarquismo e o modo de vida de muitas sociedades tradicionais africanas, algumas religiões tradicionais tendem a ser um fator inibidor/obstáculo para a manutenção de práticas anarquistas em suas comunidades, por possuírem aspectos conservadores que tendem a intervir na liberdade dos indivíduos.

Ademais, ao impor regras de condutas, as religiões tendem a serem intrusivas. Portanto, a religião assim como o Estado, são instituições intrusivas que impõem uma moralidade, utilizando o discurso de ser em defesa da sociedade. Conquanto, essa imposição, frequentemente, ocorre através do abuso da autoridade e do uso da violência, “pela espada ou arma” (MBAH, 2018, p.29). E, em nome da religião, muitos governos, durante a história, foram/são autoritários e fortaleceram sistemas econômicos desiguais.

Mas, no caso das sociedades comunais analisadas por Sam Mbah, podemos observar que a relação que as pessoas possuem com o ancestral guardião é uma relação respeitosa. Não está pautada no medo, muito menos no poder coercitivo. O fato de acreditarem que forças espirituais/ancestrais são pessoas, viventes como eles, que estão influenciando na dinâmica da sociedade, não retira deles a consciência do livre-arbítrio e a existência da dialética constante entre crenças e os princípios da organização e forma social.

Então, como Sam Mbah nos diz, por mais que pareça contraditório para alguns anarquistas, “Deveria ser entendido, todavia, que algumas pessoas que professam as crenças anarquistas ainda assim possuem algum tipo de crença religiosa” (MBAH, 2018, p. 29).

Quanto às sanções sociais, é preciso refletirmos que apesar do anarquismo combater o sistema legal – por ser este um instrumento utilizado para que a coerção/opressão na organização social capitalista seja legitimada, assim como o uso da violência seja utilizado para demonstrar a autoridade e reprimir o uso pleno da liberdade – isso não significa que o anarquismo recuse a criação de formas de defesa para a manutenção do equilíbrio social da comunidade.

A criação livre de formas de jurisdição que consiga, respeitosamente, fazer intervenções terapêuticas com objetivo, unicamente, de auxiliar na resolução de males sociais, não fomentando a violência, perseguição e condenação dos envolvidos, são formas aceitáveis na perspectiva anarquista.

Senso assim, as sociedades secretas e as formas como as mesmas operam não tem por objetivo coibir a liberdade das pessoas, mas certificá-las que, quando elas cometem alguma transgressão, *suas atitudes são prejudiciais para a saúde de toda a comunidade*, pois não há nela a ideia de individualidade como nós concebemos no modo capitalista liberal. As pessoas são parte de um todo/comunidade e se veem como esse todo. Logo, todas suas ações afetam toda sua família/comunidade, por isso,

Quando um indivíduo cometia uma ofensa, sempre sua família inteira – seus parentes e o resto de sua família – sofria com ele e, em algumas vezes, por ele.

Assim era porque tais ofensas eram entendidas não somente como acarretando vergonha para o indivíduo, mas mais ainda, para seus parentes (MBAH, 2018, p.53).

Portanto, como a organização social é constituída pelo núcleo familiar e a união desses núcleos, em um determinado espaço, constituíam as chamadas vilas, que podemos compreendê-las como as *comunhas* anarquistas, a existência de males sociais não existia com a intensidade que ocorre nas sociedades complexas ocidentais, dado essas comunidades/vilas possuírem interesses e oportunidades coletivas que não tornava a transgressão algo comum e extremamente justificável.

Economia comunal

Do ponto de vista econômico, Sam Mbah aponta-nos que cada comunidade era independente em sua produção de subsistência, ou seja, possuíam uma produção de autossuficiência e necessidades imediatas. Amparado em Samir Amin, o autor também defende que “a propriedade dos meios de produção era coletiva, assim como a produção social era consumida universalmente” (MBAH, 2018, p. 57).

Conquanto, como cada comunidade possuía mais condições para cultivar um produto em relação aos outros, estas produziam excedentes (baixos) de *commodities* para serem *trocados* por meio de permuta e/ou presentes de reciprocidade, por produtos que elas não cultivavam. Por consequência, “eles trocavam mercadorias e coexistiam em nome do benefício comum” (MBAH, 2018, p. 52).

Os povos Igbo e Tallensi (Gana), são apresentados como povos que cultivavam comida e riqueza suficiente, baseada em seu tamanho, utilizando do trabalho comunal fornecido pelos membros das vilas/clãs, como dos sistemas de níveis de idade e famílias estendidas. No entanto, não havia privilégio social anexado ao trabalho e à riqueza gerada e ninguém passava fome.

Com o estudo de caso dessas comunidades, Sam Mbah intenta apresentar que elas são exemplos de sociedades sem Estado que possuíam uma organização econômica que nos demonstra ser o comunalismo uma realidade e não uma utopia anarquista.

O comunalismo existiu, existe e pode ser a nossa realidade!

Declínio do comunalismo: o colonialismo e a África na economia mundial

Sam Mbah foi um pesquisador consciente de que com o passar do tempo, as sociedades comunais introduziram ferramentas de metal/ferro no sistema de produção agrícola (enxada, machado, etc.) e, conseqüentemente, as produções aumentaram. Com o aumento da produção, mudanças sociopolíticas ocorrem e algumas sociedades iniciaram um processo de “degradação gradual de determinadas características do comunismo e o surgimento da estratificação social, ainda que em nível pequeno” (MBAH, 2018, p.56).

Porém, mesmo sendo um fato a penetração sistêmica de influências capitalistas nas sociedades comunais, antes do colonialismo – que aceleraram a incorporação das sociedades africanas tradicionais na economia capitalista mundial – o autor reitera ser perceptível a existência de “elementos anarquistas” nas estruturas de muitas sociedades tradicionais africanas, sobretudo, nas por ele analisadas: os povos Igbo, Delta Niger e Tallensi, pois são organizações sem centralização do poder, estruturas hierárquicas (classes), aparatos governamentais e mercantilização do trabalho, etc.

Agora, é importante entendermos as principais razões que tornaram possível a incorporação, da maioria das sociedades tradicionais, na economia capitalista mundial, acarretando o declínio de práticas comunistas em muitas sociedades. Entretanto, não é possível refletirmos sobre a introdução das práticas capitalistas nas sociedades africanas sem recordarmos que o continente africano foi e ainda é vítima do colonialismo/neocolonialismo⁵.

Mas, diante de tantos aspectos históricos importantes para a análise, Sam Mbah evidencia a existência de dois estágios desse processo de incorporação da África na economia capitalista mundial, que devem ser destacados. Diz o autor:

Houve dois estágios durante o processo de incorporação, nos quais o Estado serviu de veículo para a penetração capitalista e a absorção final de produção e distribuição nas colônias. O primeiro estágio foi a conquista violenta e o seguinte foi de dominação econômica e escravização dos povos nativos. Trabalho forçado foi primordial dentre os mecanismos adotados pelos poderes coloniais para eliminar a organização econômica tradicional (MBHA, 2018, p. 64).

Mas o desenvolvimento de uma infraestrutura compatível com o novo sistema produtivo, imposto no período de invasão do continente (a dita conquista), que trouxe consigo o trabalho assalariado, taxações e a introdução do dinheiro (monetização), são outros fatores cruciais para compreendermos, também, esse processo, pois como salienta o autor “ Dinheiro

⁵ Sobre esse tema consultar: NKRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo: último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

é, afinal, o pré-requisito básico para uma economia de mercado, e sem ele a troca e o crescimento econômico são impossíveis” (MBAH, 2018, p. 65).

Além do dinheiro, instituições políticas, militares, sociais/educacionais que reproduzam a lógica da economia capitalista, também, é fundamental para regular as novas relações que o capitalismo requer. Sendo assim, instituições como a igreja e escolas foram criadas no período colonial e estas instituições, como sabemos, são as principais fomentadoras de ideologias que justifiquem a obediência/submissão, a existência do Estado, do modo de produção capitalista e do colonialismo.

Colonialismo que, mesmo depois da independência de alguns países, deixou os mesmos com uma economia neocolonial, ou seja, uma economia dependente do capital estrangeiro, que interfere, inclusive, no controle das tomadas de decisões. Logo, o neocolonialismo reforça a falta de autonomia e torna a dependência, em todos os níveis, um imperativo em muitos países africanos.

Mas, vale resgatar que: no alvorecer das lutas pelas independências dos países africanos, muitos líderes lutaram para conseguirem reestabelecer uma lógica organizacional compatível com as bases tradicionais comunistas. E nessa luta, buscaram no socialismo, referências para a construção de um socialismo africano no continente.

Por socialismo africano podemos compreender “uma singular interpretação da peculiaridade socialista adequada ao contexto africano” (MBAH, 2018, p.70). Por ser uma adequação, líderes como: Kwame Nkrumah (Gana), Gamal Abel Nasser (Egito) e Julius Nyerere (Tanzânia), adaptaram o socialismo soviético do leste europeu à experiência africana. Mas, acreditavam que

[...] o determinismo material da teoria marxista não pode ser aplicado na África, considerando as condições econômicas e sociais africanas extremamente distintas (da europeia). Portanto, defendem um socialismo africano descentralizado e democrático, o qual eles vinculam à história e cultura do povo africano (MBAH, 2018, p.103).

Um dos principais exemplos na contemporaneidade, de tentativa de um socialismo descentralizado, vinculado à prática comunista tradicional africana, no pós independência, foi realizado por Julius Nyerere (Mwalimu). Como primeiro presidente da Tanzânia (1964), Nyerere buscou implementar no país um socialismo que girava em torno do conceito de *Ujamaa*.

Este, por sua vez, significa *período familiar* e representa um modelo de economia rural

e comunidades sociais, onde as pessoas viviam e trabalhavam em conjunto para o bem de todos. Sam Mbah reflete que Nyerere, com o *ujamaa*, elaborou um corpo doutrinário sistemático, que retorna aos princípios do comunalismo africano e é “indiscutivelmente anarquista em sua lógica e conteúdo” (MBAH, 2018, p.76).

Seu programa *ujamaa* foi uma prática social baseada na “igualdade, respeito mútuo por todas as famílias e participação nos benefícios da produção coletiva” (MBAH, 2018, p.109), fatores que eram peculiares às sociedades africanas tradicionais. Os bens básicos deveriam ser compartilhados por todos os membros da comunidade, pois o essencial para essas comunidades era a qualidade de vida e a autogestão de todos os seus membros.

Nesse sentido, Sam Mbah demonstra que na organização *ujamaa*, ideias como propriedade privada, acumulação, individualismo, etc., eram inexistentes, pois nesse programa,

A terra que a comunidade cultivou seria chamada de nossa terra por todos os membros; a colheita fruto da produção nesta terra seria nossa colheita, isto seria nossa loja que forneceria as necessidades individuais cotidianas; seria nossa oficina que construiria os tijolos para a construção de casas e outras construções e assim por diante (MBAH, 2018,p.78)

Isto pelo fato que, Nyerere buscou construir um modelo organizacional coerente com as práticas dos povos tradicionais africanos, que veem a terra como um bem comum de todos os povos. Por consequência, baseado nos princípios ancestrais que estabelecem outro vínculo com a terra, Julius defendia que

Para nós na África, a terra sempre foi reconhecida como sendo de pertencimento de toda a comunidade. Cada indivíduo em nossa sociedade tinha direito de uso da terra, porque, se não, ele não teria como viver, e o ser humano não pode ter o direito à vida, se não tiver o direito a meios de mantê-la. Mas, o direito africano a terra era simplesmente o direito de usá-la: ele não tinha nenhum outro direito sobre ela, e tampouco passava por sua cabeça tentar ou reclamar algo mais (NYERERE *apud* MBAH, 2018, p.77).

Infelizmente a experiência *ujamaa*, como outras experiências nos demais países socialistas africanos, não foram bem-sucedidas, pois no caso da Tanzânia, o modelo *ujamaa* foi tomado pela lógica burocrata Estatal, que deliberava o que os camponeses deveriam ou não produzir. Assim como, o Banco Mundial acabou se apoderando do programa e delegando metas para as vilas *ujamaas* para a produção de produtos, impondo aos camponeses uma extrema produção de excedentes.

Não obstante, o exemplo da tentativa do socialismo africano baseado no princípio *ujamaa* foi apresentado, neste trabalho, para demarcar que: mesmo com a incorporação de

práticas capitalistas, em muitas sociedades tradicionais africanas, e mesmo com a implementação do socialismo de Estado, em muitos países que conquistaram a independência, Sam Mbah nos mostra com o exemplo de Julius Nyerere, como os princípios do comunalismo africano ainda são latentes no continente.

Evidentemente, como podemos presumir a partir da perspectiva anarquista, o autor faz a seguinte declaração: “Teria sido simplesmente impensável imaginar que a Ujamaa, em sua forma original e não diluída, teria sido bem sucedida como parte de um sistema de Estado. Portanto, seu fracasso era lógico e inevitável” (MBHA, 2018, p.110).

Mas, também nos faz observar que: as experiências socialistas nos demais países, em sua maioria, fracassaram por serem na verdade um “capitalismo de Estado mascarado de socialismo” (MBAH, 2018, p.125). Como também, parte dos Estados africanos pós-coloniais possuíam uma tendência ao capitalismo, por ter sido esse modelo, forçado/imposto como condição para que os mesmos conquistassem suas independências políticas.

No fim das contas, segundo o autor, a perfeita organização capitalista fracassou e a tentativa de implementação do socialismo de Estado também, o que demonstra-nos que, verdadeiramente, “O sistema moderno de Estado-nação, como sistema de Estado imperial antes dele, tem fracassado na África, assim como tem fracassado no resto do mundo” (MBAH, 2018, p.141).

O continente africano vive uma instabilidade política e econômica que demonstra ser o sistema de Estado, causa de grande parte dos males, somados, à incompatibilidade do *modus operandi* Estatal com as formas tradicionais de organização. Pois, não podemos negar que a pluralidade étnica e suas características singulares de organização econômica, jurídica, política e social, abalam a estabilidade política e econômica de grande parte dos países africanos.

Portanto, Sam Mbah acredita que a tentativa contemporânea de Nyerere em resgatar as práticas comunais das sociedades tradicionais africanas, para buscar reconstituir a organização social é um exemplo a ser tomado pelos demais países, pois, a história demonstra-nos que o socialismo *ujamaa*, sobretudo, não progrediu, dado a interferência do Banco Mundial, do capital estrangeiro e a tentativa de implementação do programa em um sistema de Estado.

Mas, o fato de a África não ter “uma base capitalista forte, formação de classes bem desenvolvida e um estável sistema de Estado” (MBAH, 2018, p.145), da margem para o reestabelecimento de elementos anarquistas/comunais no continente. Pra isso os países enfrentarão obstáculos? Sim! No entanto, tendo em vista problemas como: marginalização econômica, miséria, instabilidade política, dentre outros, o retorno à prática comunalista é a

solução inevitável, para que o continente africano caminhe, como defende o autor:

Tendo em vista tais problemas, um retorno aos “elementos anarquistas” do comunalismo africano é realmente inevitável. O objetivo de uma sociedade autogestionada nasceu da vontade livre de seu povo e destituído de controle autoritário, e a arregimentação é tão atraente quanto possível a longo prazo (MBAH, 2018, p.145).

Considerações

Mesmo não tendo o intuito de adentrar na análise política contemporânea dos países africanos, como faz Sam Mbah no decorrer dessa obra, penso ser importante fazer algumas demarcações sobre o que foi apresentado aqui.

Como foi dito, o objetivo do artigo é apresentar algumas características do comunalismo africano, práticas das sociedades tradicionais africanas, para que pudéssemos perceber nessas características, alguns elementos anarquistas, sobretudo, antes da colonização.

Estes precedentes/elementos são elencados por Sam Mbah, que tem como principal objetivo, nos demonstrar que: sociedades sem Estado, sem autoritarismo, sem hierarquias, sem individualismo, sem relações de exploração, solidária, livre, autogestionada, com igual distribuição da produção social, acesso igual a terra, não foi uma utopia anarquista, pois é um modo de viver. Um modo de viver africano, conforme o autor.

As sociedades tradicionais africanas viveram assim e muitas, na contemporaneidade, buscam retornar a esse modo de vida, verdadeiramente humano, cooperativo. Os precedentes para o restabelecimento de um modo de vida comunitário, livre, que preza pela igualdade, autodeterminação, respeito e ajuda mútua são latentes no continente africano. Mas, esses elementos estão sendo sufocados pelas práticas neocoloniais que retroalimentam o sistema capitalista, a fim de que esse sistema, que beneficia uns e destitui muitos outros, permaneça.

Embora isso aconteça, Sam Mbah acredita no poder que a filosofia anarquista possui. Compreende, sobretudo, os fatores que sufocam as possibilidades de reestabelecimento das práticas comunais. No entanto, o autor é certo que uma vida baseada no bem comum, na cooperação, no acesso igual à terra e aos bens produzidos pela comunidade é um modo de viver africano, que pode estar adormecido, dado aos anos forçados à assimilação cultural capitalista.

No entanto, o que está adormecido pode despertar. E, é no caminho desse despertar para um outro módulo de vínculo com a comunidade, a natureza e as riquezas sociais, que as teorias libertárias caminham, demonstrando-nos que uma vida com liberdade, igualdade e dignidade

merece ser vivida por todos nós. E se existem possibilidades de vivermos em/com plenitude, que lutemos para que isso seja a ordem!

Sam Mbah, esteve nessa caminhada, lutando para que, em primeiro lugar, despertássemos para a história do continente africano. Para que nós aprendêssemos a olhar para trás e entendêssemos como nossos ancestrais se organizavam socialmente, politicamente, juridicamente e economicamente.

Buscou nos mostrar que olhar para trás, para entendermos como caminhar no futuro é o princípio para que não erremos mais. Nesse exercício, deixou-nos essa excelente obra, que nos possibilita visualizarmos que o modo de vida tradicional africano, e podemos afirmar, que o modo de vida verdadeiramente humano, é contrário a esse modo incongruente imposto pelo capitalismo. Daí tanto sofrimento, escassez, doenças, que testemunhamos não só no continente africano, mas ao nosso lado, nas diásporas e no mundo, diariamente.

Estamos na contramão do princípio que orienta como *bem-viver*. E esse princípio não precisa estar escrito em nenhum livro. Não precisa ser conceituado anarquismo ou qualquer outra categoria. Esse princípio está latente em nós, nos nossos ancestrais e isso pode ser visualizado/sentido ao contactarmos modos de viver comunais, como os quilombos nas diásporas, por exemplo, que demonstram ser o individualismo, a acumulação, a distribuição desigual das riquezas produzidas por nós, algo inconcebível, simplesmente por ser incoerente!!

Nós sabemos que não tem sentido esse modo de viver imposto pela economia mundial capitalista e que precisamos pensar perspectivas para o futuro, se quisermos, verdadeiramente, *bem-viver*. Sam Mbah, com essa obra, nos possibilita atentarmos ao fato que há projetos de sociedades sendo pensado por africanos, a fim de que o seu continente não seja um território determinado a viver projetos desenhados por outros.

Ousemos como Sam Mbah, a olhar pra trás e identificarmos os precedentes anarquistas/comunais que existem em nossas comunidades.

Essa atitude pode nos despertar para um outro modo de viver!

Referências bibliográficas

ERVIN, Lorenzo Kom'Boa. **Anarquismo e Revolução Negra e outros textos de anarquismo negro**. São Paulo: Sunguilar, 2015.

MBAH, Sam. **Anarquismo africano: a história de um movimento**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2018. 145 p.